

Frasson,; Alanir Cardoso; Ana Rocha; Eronildo Bezerra; João Batista Lemos; Péricles de Souza; Ricardo Abreu; Vital Nolasco; Walter Sorrentino Sem destaques, foram as comissões aprovadas por unanimidade. Coube a José Renato Rabelo a apresentação do Informe Político, quando expôs detalhada análise da conjuntura internacional e nacional, especialmente da crise política porque passa o governo e a união das forças democráticas e populares que dão sustentação política ao governo do Presidente Lula. No dia seguinte, às nove horas, foram abertas as inscrições, iniciando-se as manifestações dos delegados e delegadas e às vinte e duas horas, os trabalhos foram suspensos até o dia seguinte. No horário estabelecido foram reabertos os trabalhos, com o Coordenador da mesa convocando o próximo delegado inscrito para continuidade dos debates. Ronald Freitas, em intervenção especial, discorreu a política do Partido e a participação institucional, no governo federal e em governos municipais e estaduais. Prosseguindo os trabalhos, continuaram as intervenções dos delegados e delegadas. Coube a José Reinaldo Carvalho apresentar análise sobre a situação política internacional. Ricardo Abreu fez intervenção especial sobre o trabalho de juventude. De igual forma, foram feitas intervenções especiais dos camaradas João Batista Lemos, sobre o trabalho sindical; Adalberto Monteiro sobre o trabalho de formação e propaganda; e Renildo Calheiros sobre a atuação dos comunistas no Congresso Nacional. A Mesa Diretora passou a palavra aos representantes das delegações estrangeiras: do Partido Comunista do Chile, Cuba, Estados Unidos, Portugal, Angola, Líbano, Síria, China, PC da Índia, PC da Índia Marxista e Palestina. Suspensos os trabalhos às vinte e duas horas, foram reiniciados às nove horas do dia seguinte, prosseguindo os delegados com suas intervenções. Manifestaram-se ainda os representantes dos Partidos Comunistas. Submetido ao plenário, o informe político, com as alterações acatadas pela Comissão, foi aprovado por unanimidade de votos. No dia 22 de outubro, reaberto os trabalhos, passou-se à apreciação da proposta do novo estatuto, que foi aprovada, por unanimidade, ressalvados os destaques nos seguintes dispositivos: Artigo 18, sobre a eleição de direções partidárias através de voto aberto e no Artigo 53, sobre instituição de cotas para mulheres nas direções partidárias. Submetidos à voto os destaques foram rejeitados, por maioria. O estatuto ficou aprovado com a seguinte redação: ESTATUTO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. CAPÍTULO I - DO PARTIDO. Artigo 1º - O Partido Comunista do Brasil, fundado em 25 de março de 1922, reorganizado em 18 de fevereiro de 1962 e legalizado, na fase atual, em 27 de maio de 1985, é o partido político da classe operária e do conjunto dos trabalhadores brasileiros, fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação. Organização política de vanguarda consciente do proletariado, guia-se pela teoria científica e revolucionária elaborada por Marx e Engels, desenvolvida por Lênin e outros revolucionários marxistas. O Partido Comunista do Brasil luta contra a exploração e opressão capitalista e imperialista. Visa a conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados, propugnando o socialismo científico. Tem como objetivo superior o comunismo. Afirmando a superioridade do socialismo sobre o capitalismo, almeja retomar um novo ciclo de luta pelos ideais socialistas, renovados com os ensinamentos da experiência socialista do século XX, e desenvolvidos para atender à realidade do nosso tempo e às exigências de nosso país e nossa gente. Ao mesmo tempo, no espírito do internacionalismo proletário, apóia a luta antiimperialista de todos os povos por sua emancipação nacional e social, soberania nacional e pela paz mundial. O Partido Comunista do Brasil é uma organização de caráter socialista, patriótica e antiimperialista, expressão e continuação da elevada tradição de lutas do povo brasileiro, de compromisso militante e ação transformadora contemporânea ao século XXI, inspirados pelos valores da igualdade de direitos, liberdade e solidariedade, de uma moral e ética proletária, humanista e democrática. Para levar adiante seus propósitos, o PCdoB se